



CARTA ANUAL 2018

## Índice

<b>IDENTIFICAÇÃO GERAL .....</b>	<b>2</b>
<b>1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>5</b>
<b>3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>6</b>
<b>4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>8</b>
<b>5. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....</b>	<b>8</b>
<b>6. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....</b>	<b>8</b>
<b>7. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>9</b>
<b>8. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....</b>	<b>10</b>
<b>9. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO .....</b>	<b>10</b>
<b>10. POLÍTICAS OU PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>11. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>13</b>

**Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa (Carta Anual)**

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei 13.303/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

**Identificação Geral**

**CNPJ:** 00.000.208/0001-00 **NIRE:** 5330000143-0

**Sede:** Brasília/DF

**Tipo de Estatal:** Sociedade de Economia Mista

**Acionista Controlador:** Governo do Distrito Federal

**Tipo Societário:** Sociedade Anônima

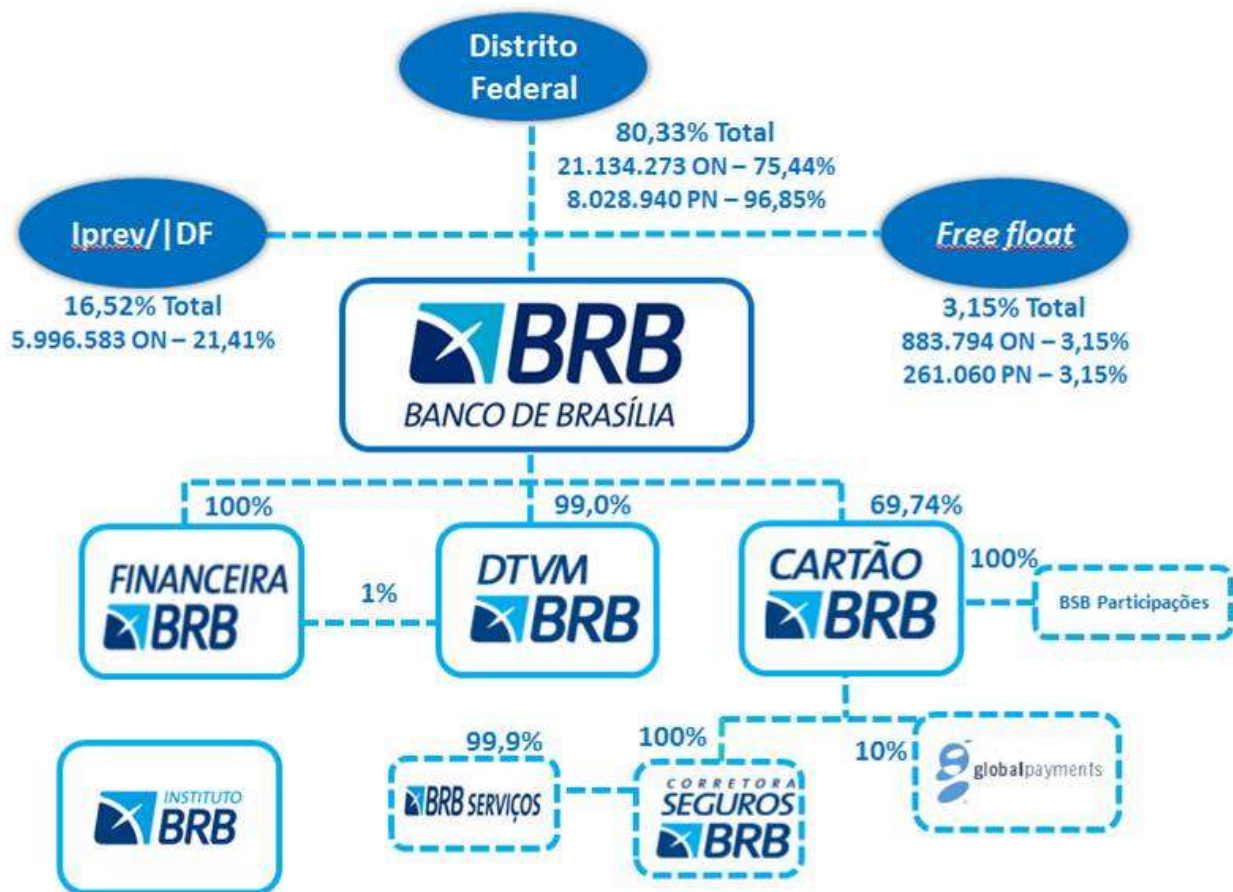
**Tipo de Capital:** Aberto

**Abrangência de Atuação:** Nacional

**Sector de Atuação:** Financeiro/Bancos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Nilban de Melo Junior
Audidores Independentes atuais da empresa	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Nome: Sr. Dario Ramos da Cunha <a href="mailto:Dario.Cunha@br.ey.com">Dario.Cunha@br.ey.com</a> Telefone: + 55 61 2104 0100
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Vasco Cunha Gonçalves Romes Gonçalves Ribeiro Arthur Pereira de Castilho Neto João Antônio Fleury Teixeira Oswaldo Serrano de Oliveira
Administrador subscritor da Carta Anual de Políticas Públicas	Vasco Cunha Gonçalves Diretor-Presidente

O BRB tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo criar ou suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento no País e no exterior, observadas as normas do Banco Central do Brasil. O Conglomerado BRB é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A. Na figura, apresentamos a estrutura e a composição acionária do BRB:



### 1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

O Banco de Brasília S.A. - BRB é uma sociedade de economia mista distrital dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo de Brasília. Foi criado conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545/1964, obtendo, do Banco Central do Brasil, autorização para funcionar em 12 de julho de 1966. Com sua criação pretendia-se dotar o Distrito Federal – DF de um agente financeiro que possibilitasse captar recursos necessários para o desenvolvimento da região.

A principal área de atuação do BRB é o Distrito Federal. A função social do Banco realiza-se no interesse coletivo e deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos; para a ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Instituição, bem como para o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços do Banco, sempre de maneira economicamente justificada.

O BRB poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca.

Como Agente Financeiro do Governo de Brasília, o BRB recolhe, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, importâncias provenientes da arrecadação de tributos, como IPTU e IPVA, dentre outros. O Banco também possui convênios com o Governo de Brasília para realização de serviços de pagamento de todos os servidores, bem como de todos os Programas Sociais do Distrito Federal. O Banco detém as contas de todos os funcionários do Governo de Brasília.

Cabe destacar que o BRB atua de forma a consolidar sua missão de banco público e foca na criação de mecanismos para atuar como peça fundamental no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência. Dessa forma, o Banco busca expandir sua função de agente financeiro do Governo de Brasília e ser referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas.

Cumprindo sua missão de banco público, o BRB fornece à população acesso aos serviços bancários através da sua rede de Correspondentes. Atualmente conta com 154 correspondentes ativos e está presente em todas as regiões administrativas do DF, bancarizando as regiões mais desassistidas e atendendo de forma prática e eficiente, não só os correntistas do banco, mas também toda a população de Brasília e entorno. Em 2017 foram realizadas aproximadamente 2,1 milhões de transações mensais e entre os serviços mais relevantes prestados estão: pagamentos de boletos e arrecadações, saques, depósitos, emissão de extratos e saldos, pagamentos de benefícios sociais, entre outros.

O Banco apoia o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno, disponibilizando linhas de crédito às iniciativas empreendedoras que tenham responsabilidade socioambiental. Com o propósito de ser um organismo de fomento da região, o Banco promove a constante revisão de seus processos e sistemas, implementando medidas que agregam maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das operações da carteira de desenvolvimento.

Alinhado à sua missão de atuar como banco público voltado ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência, com soluções inovadoras e atendimento com excelência, o BRB atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, pelo apoio ao agronegócio e às micro e pequenas empresas (MPE).

Um dos principais setores da economia brasileira é o Agronegócio. O BRB financia recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização de produtos agrícolas ou relacionados. Os créditos de custeio se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização

asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Em 2017, o financiamento à produção, no Distrito Federal e região, alcançou um volume superior a R\$ 70 milhões. Os produtores de soja e milho foram os que mais tiveram acesso ao crédito, sendo que o custeio dessas culturas atingiu o valor de R\$ 35 milhões, cultivados em uma área total de 27 mil hectares, com uma expectativa de produção de 72 mil toneladas. O BRB também incentivou a agricultura familiar financiando 99 toneladas de alimentos com destaque para milho, banana, tomate, soja e pimentão nas regiões do Taquara, Brazlândia, Pad/DF e Tabatinga.

A carteira de crédito industrial do BRB opera com recursos de repasse do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO para apoio às empresas do DF e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE, com foco nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's). Estes financiamentos, com taxas subsidiadas e prazos compatíveis com suas necessidades, permitem às empresas realizar investimentos, aumentando sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

## 2. Políticas públicas

O BRB, como Agente Financeiro do Governo de Brasília, e como parceiro na execução de políticas públicas e sociais, efetua o pagamento dos programas sociais vinculados às Secretarias do Distrito Federal. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais.

<b>Programas Sociais</b>		
<b>Programas Sociais</b>	<b>Destinação</b>	<b>Quantidade de Beneficiários</b>
Agentes da Cidadania Ambiental	Catadores de materiais recicláveis, que exercem esta atividade laboral como principal ocupação.	<b>8.995</b>
Auxílio Excepcional	Famílias em desabrigo temporário, ou inadequado, destinado ao pagamento de aluguel residencial.	<b>6.015</b>
Auxílio Por Morte (Funeral)	Famílias em necessidades urgentes para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de membro.	<b>75</b>
Auxílio Natalidade (Mãezinha Brasiliense)	Gestante e recém-nascido por ocasião do nascimento.	<b>7.206</b>
Auxílio Vulnerabilidade	Auxiliar família ou pessoa visando minimizar situações de riscos, perdas e contingências sociais.	<b>13.637</b>
Bolsa Atleta	Ajuda financeira a atleta do DF em atividade, registrado, que não possui patrocínio.	<b>2.409</b>
Bolsa Escola	Famílias de baixa renda com filhos em idade escolar.	<b>15</b>
Caminhos Da Cidadania	Proporcionar aos adolescentes de 15 a 17 anos a convivência social e formação geral.	<b>3.511</b>
Programa Material Escolar	Aquisição de material escolar por alunos da rede pública de ensino do DF.	<b>36.599</b>
Programa Fábrica Social	Oferecer cursos de qualificação para famílias em situação de pobreza.	<b>5.642</b>

Mestre do Saber	Pessoas escolhidas, com mais de 60 anos que ministram oficinas aos mais jovens.	<b>1.108</b>
Pronatec	Beneficiar jovens do DF, de baixa renda, com cursos profissionalizantes e ajuda de custo.	<b>13.975</b>
Compensação Financeira Temporária	Criado para atender aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei como principal ocupação para a sua manutenção ou de sua família.	<b>286</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-----</b>	<b>99.473</b>

O BRB atua, também, como Agente Financeiro na operacionalização dos fundos públicos do Governo de Brasília, destinados à concessão de empréstimos ou financiamentos para a atividade produtiva de micro e pequenos empreendedores ou para a agricultura familiar. Atualmente, o BRB operacionaliza dois fundos, que movimentaram, aproximadamente, R\$ 12 milhões:

### **Fundo para a Geração de Emprego e Renda – FUNGER**

Fundo de incentivo à geração de emprego e renda, gerenciado pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH. O Programa Prospera utiliza os recursos do FUNGER/DF para fortalecer as atividades produtivas dos micro e pequenos empreendedores, inclusive os de natureza informal. Os recursos são destinados à concessão de empréstimos ou financiamentos a micro produtores urbanos ou rurais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; às cooperativas ou outras entidades associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuar em sua área de formação.

### **Fundo Desenvolvimento Rural – FDR**

É um Fundo destinado a financiar as despesas de investimento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF/RIDE. Também se destina a apoiar financeiramente a realização de estudos, elaboração de projetos de infraestrutura social, produtiva, ambiental, hídrica, de transportes e de lazer comunitários. O Fundo foi criado por lei e administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

### **3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas**

O BRB atuando como banco de fomento da região, busca o incentivo ao desenvolvimento esportivo, científico, cultural e social do Distrito Federal e áreas de influência. O BRB patrocina projetos nas áreas de: arte e cultura, causas sociais, entretenimento, esporte, relacionamento institucional e de negócios que contemplem a sua região de atuação.

As ações de patrocínio do BRB buscam realçar a imagem institucional e social da empresa, aprimorando o seu relacionamento com a comunidade do Distrito Federal e das regiões de influência, com o objetivo de gerar novos negócios e consolidar a sua imagem, vinculada ao cumprimento de sua missão, visão e valores.

Destacamos a execução do “Programa BRB de Patrocínios Culturais 2016/2017”, primeiro edital de credenciamento de projetos nas áreas de arte e cultura já lançado pelo Banco. O edital foi publicado em 2016 e as contratações tiveram início a partir de fevereiro de 2017. Foram inscritos 186 projetos, sendo 26 selecionados.

Abaixo, encontram-se os principais eventos patrocinados pelo BRB em 2017:

- 1) Projeto: Brasília Vôlei
- 2) Projeto: Vela Para Todos
- 3) Projeto: Equipes participantes do Campeonato Brasiliense de Futebol 2017, Série A
- 4) Projeto: Corrida de Reis 2017
- 5) Projeto: Jogos Abertos de Brasília 2017
- 6) Projeto: Agro Brasília 2017
- 7) Projeto: 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção - ENIC
- 8) Projeto: *Campus Party* Brasília 2017
- 9) Projeto: Corrida do Fogo 2017
- 10) Projeto: Festival de Cinema de Brasília
- 11) Projeto: Casa Cor Brasília 2017

Com a reativação do Instituto BRB em 27/09/2017, está previsto o apoio financeiro a projetos externos selecionados, com vistas ao desenvolvimento sustentável da comunidade. Além da ampliação da atuação do seu programa de Voluntariado Empresarial. O Instituto BRB foi concebido como o braço institucional em desenvolvimento humano, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, congregando instituições financeiras e não financeiras do Conglomerado BRB, com ações de natureza ambiental, cultural, educacional, esportiva e social, dentre outras, voltadas ao interesse interno e externo, e atuação em forma de rede.

O Projeto de Educação Financeira para crianças, que entrará em vigor em 2018 e que prevê um termo de cooperação entre o BRB e a Secretaria de Educação e a Casa Civil – esta última por meio do Portal Brasília Cidadã, será ampliado com vistas a expansão do seu público alvo, contemplando também alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal. O projeto prevê aulas de educação financeira a serem ministradas por voluntários do Banco capacitados por instrutores do BRB.

De forma a dar maior agilidade e segurança na concessão de empréstimos e financiamentos será implantado o sistema de Gestão de Fundos – Sistema de concessão de Microcrédito, em parceria com a Secretaria Adjunta de Trabalho, para operar o Programa Prospera. Esse sistema irá automatizar processos manuais e será importante para a elaboração de relatórios com perfil dos microempreendedores e medição da eficiência do Programa Prospera, contribuindo para a ampliação do microcrédito no Distrito Federal em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica assinado pelos parceiros em novembro de 2017. O programa é uma iniciativa da Secretaria do Trabalho com o apoio do Banco de Brasília (BRB) e da Emater-DF e apoia empreendimentos das áreas urbana e rural localizados no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Ride/DF).

O BRB atuará de forma mais participativa nas ações de preservação do meio ambiente. Será feita a revisão/ampliação da coleta seletiva de resíduos sólidos de acordo com os novos normativos do Governo de Brasília.

O BRB percebe os benefícios que a adoção de uma perspectiva sustentável pode trazer aos seus negócios, estreitando o objetivo econômico-financeiro e o objetivo socioambiental. Trata-se de uma



mudança cultural que marca o início de uma nova e promissora era de conquistas no campo da sustentabilidade, da promoção da cidadania, do crédito consciente e do desenvolvimento sustentável da sociedade.

#### **4. Recursos para custeio das políticas públicas**

O Plano Plurianual – PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas.

O Banco de Brasília insere-se no Plano Plurianual do DF como agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da aplicação de fundos de financiamentos governamentais e outras iniciativas de recursos próprios, alinhadas aos Programas, Objetivos e Metas previamente definidos pelos executores das políticas públicas.

#### **5. Comentários dos administradores**

No ano de 2017, o BRB promoveu a otimização dos processos internos, consolidação de instrumentos de governança, capacitação do seu corpo funcional para atuar no mercado competitivo de crédito, de forma eficiente e segura, investimento em tecnologia de ponta, lançamento de produtos e serviços.

Para os próximos anos, o BRB planeja concentrar esforços no aumento da base de clientes e na exploração de novas frentes de serviços e negócios, bem como, ampliar o portfólio de serviços digitais, reduzir os custos administrativos e aprimorar o controle da qualidade do crédito, conforme Planejamento Estratégico 2018-2022.

Comentários detalhados dos diretores sobre o desempenho do Banco de Brasília estão disponíveis na seção 10 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

#### **6. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos**

O BRB atua em consonância com as diretrizes da Política de Controles Internos e Conformidade e demais normas institucionais que regulamentam as atividades, garantindo o alinhamento dos processos internos.

Em 2017 foi realizada a aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles (*Control Self-Assessment*) em todas as unidades gestoras de processos do Banco e de suas subsidiárias integrais. A metodologia tem por objetivo promover a autorreflexão dos gestores acerca dos riscos e controles. Com isso, o BRB buscou disseminar orientações e procedimentos para a melhoria da gestão e atuação mais adequada da primeira linha de defesa. Como primeira linha de defesa, os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. Eles também são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

O Banco atuou na avaliação de processos críticos e estratégicos, demandando os responsáveis a promover ações para tratar as fragilidades identificadas. Essas ações corretivas são acompanhadas por meio de um sistema de controle e são reportadas periodicamente à Alta Administração e ao Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Alinhado ao Planejamento Estratégico para o quinquênio, o Banco elaborou diretrizes e ações que serão implantadas visando o atingimento de graus de maturidade de governança, riscos, conformidade e controles internos, baseado no *Framework COSO*. O sucesso das ações estabelecidas possibilitará que o BRB obtenha maior sinergia entre os gestores e processos e no gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade.

Por fim, o Banco concluiu os estudos relacionados à Lei 13.303/2016, que estabelece o “Regime Jurídico das Empresas Estatais”. Com isso, foram identificadas as ações que serão adotadas para garantir o atendimento às exigências legais, observado o prazo estabelecido para tais providências.

Assim, o desempenho das atividades de Controles Internos e de Conformidade do BRB garantiu normalidade ao ambiente de negócios e possibilitou que os riscos inerentes às atividades da Instituição fossem identificados e administrados adequadamente.

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão dos riscos e do capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

O Banco dispõe de políticas, normas e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração e estão alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

As subsidiárias integrais do Banco (BRB DTVM e Financeira BRB) seguem as políticas de gestão de riscos estabelecidas pelo BRB, por meio de termo de adesão, enquanto que as demais empresas controladas elaboram suas próprias normas a partir das diretrizes estabelecidas pelo Banco.

A descrição do processo de gestão de riscos no BRB encontra-se disponível na página de relações com investidores (<http://ri.brb.com.br>), no link “Relatório de Gestão de Riscos”.

A fim de mensurar e mitigar os riscos e realizar a apuração da necessidade de capital para as atividades da Instituição são monitorados o risco de crédito; riscos de mercado e de liquidez; o risco operacional, o risco reputacional e de imagem e o risco socioambiental.

Mais informações acerca das estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos podem ser encontradas na seção 5 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## 7. Fatores de risco

Há possibilidade de que os modelos adotados no gerenciamento de riscos não sejam amplos o suficiente para captarem as ameaças não categorizadas ou imprevistas, algo que pode fazer com que as ferramentas utilizadas não sejam totalmente eficazes para identificar e mensurar determinadas exposições. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade baseados em cenários macroeconômicos podem não capturar todos os possíveis impactos no resultado do Banco.

A capacidade do Banco de colocar em prática sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, como (i) o crescimento do setor bancário brasileiro, (ii) o desenvolvimento contínuo de nossa infraestrutura tecnológica, (iii) o aumento de eficiência operacional, (iv) a criação de novos

produtos e (v) a manutenção de nossa posição no Distrito Federal. Como o BRB está concentrado no Distrito Federal, a redução da atividade econômica distrital pode enfraquecer a demanda por operações de crédito e serviços bancários, ampliar a inadimplência, aumentar a demanda por saques de recursos depositados e limitar as opções para a expansão das atividades do Banco.

Informações mais detalhadas sobre os fatores de riscos estão disponíveis na seção 4 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## **8. Atividades desenvolvidas**

O BRB tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resulte a promoção do desenvolvimento econômico e/ou social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Informações sobre os principais produtos e serviços disponibilizados pelo Banco, a receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da empresa estatal, bem como o lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da empresa estatal podem ser encontradas no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, disponíveis no site de Relacionamento com Investidores do BRB e detalhadas na seção 7 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Atualmente, o BRB é o único banco público estadual da Região Centro-Oeste e atua de forma a consolidar o seu papel de agente financeiro do Distrito Federal, ampliando sua participação no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – Ride, além de fortalecer sua participação como banco de varejo e fomento na região, contribuindo para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável das áreas onde opera.

## **9. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho**

Considerando o Lucro Acumulado, o Patrimônio Líquido do BRB apresentou rentabilidade de 21,3% em 2017.

Visando a melhor eficiência na utilização da riqueza gerada, a Administração controlou os gastos operacionais, com medidas como o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, que trouxe como consequência a redução das despesas com pessoal, fato que impactará positivamente nos resultados do Banco em médio e longo prazos. Além disso, reduziu os custos de captação, aumentando o resultado bruto da intermediação financeira e o resultado operacional.

Em 21 de dezembro de 2017, foi realizada a transferência de 5.996.583 ações ordinárias do Distrito Federal para o Instituto de Previdência dos Servidores do DF.

### **Resultado**

No exercício de 2017, o BRB alcançou lucro líquido de aproximadamente R\$ 260 milhões, evolução de 29,6% em relação ao ano anterior. O Resultado Operacional alcançou R\$ 375 milhões.

**Outras Despesas Administrativas**

As Outras Despesas Administrativas reduziram 0,6% em comparação ao exercício de 2016, impactadas pela revisão de contratos de serviços e propaganda.

**Liquidez**

Dado o cenário restrito ao crédito e a baixa necessidade de *funding* para as operações, os indicadores de Liquidez Geral mantiveram-se praticamente estáveis. A estabilidade do índice evidencia que a evolução dos ativos e passivos ocorre de forma equilibrada e sustentável, preservando a solidez da estrutura patrimonial. Com relação à Liquidez Corrente, houve melhora na capacidade de pagamento das despesas de curto prazo.

**Eficiência Tarifária e Total**

Com relação à eficiência, houve melhora em ambos os indicadores. O Banco vem aprimorando sua gama de serviços e produtos, visando a continuidade de melhoria do indicador de eficiência tarifária. Já a Eficiência Total apresentou melhora influenciada pelo empenho em contenção das despesas administrativas e de pessoal, como o PDVI.

**Resultado da Intermediação Financeira**

O Resultado da Intermediação Financeira alcançou, em 2017, R\$ 1.701 milhões no BRB Consolidado e R\$ 1.368 no BRB Múltiplo, crescimento de 17,4% e 12,7%, respectivamente, em relação ao exercício de 2016. O crescimento da margem decorreu da redução das Despesas de Intermediação Financeira.

**Despesa de Pessoal**

As Despesas de Pessoal reduziram 4,8% no BRB Múltiplo e 4,0% no Consolidado em comparação ao exercício de 2016. Já a Eficiência Total demonstrou que as Despesas Administrativas e de Pessoal consumiram menor parcela do Resultado Bruto da Intermediação Financeira somadas às Receitas de Serviços e Tarifas.

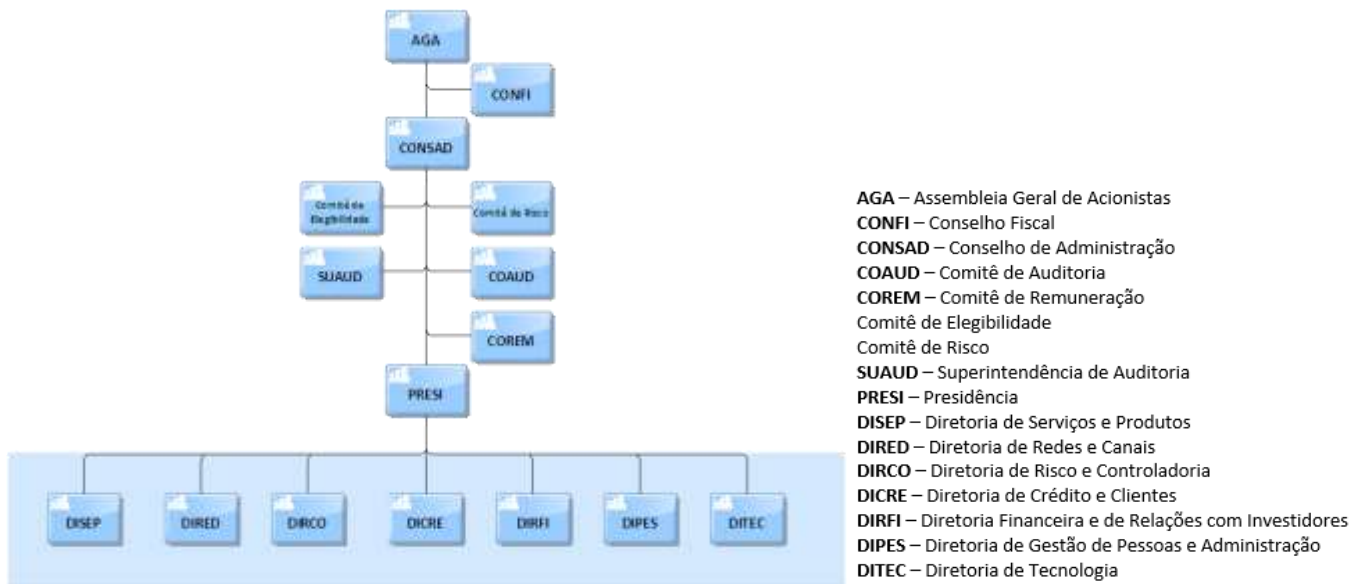
**Patrimônio Líquido e VPA**

O Patrimônio Líquido encerrou 2017 em R\$ 1, 271 milhão e o Valor Patrimonial por Ação (VPA) em R\$ 35,00, ambos com aumento de 8,2% em relação ao exercício anterior. A última negociação de ações ocorreu pelo valor unitário de R\$ 88,62, conforme fato relevante publicado em 22/12/2017.

Os membros da Diretoria Executiva do Banco de Brasília comentam na seção 10 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os principais aspectos relativos ao Banco, retrospectivamente aos últimos três anos, declarando que as informações são verdadeiras, completas e consistentes.

**10. Políticas ou Práticas de Governança Corporativa**

O BRB mantém em sua estratégia a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios. Na figura abaixo, demonstramos a estrutura de governança do BRB:



Ao adotar boas práticas de governança corporativa, o BRB - Banco de Brasília, demonstra que sua administração se compromete com a transparência, a prestação de contas, a equidade e responsabilidade socioambiental, suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos ao interesse dos acionistas e da Sociedade.

Partindo da premissa de melhoria contínua dos seus processos, o BRB busca aprimorar constantemente o nível de excelência em relação à sua governança, para garantir o correto funcionamento e o bom gerenciamento das atividades bancárias.

Essa questão permeia aspectos de conformidade com as normas e regulamentos, a eficiência e efetividade das operações, o alinhamento das ações ao plano estratégico e a confiabilidade e fidedignidade das demonstrações contábeis.

Durante o ano de 2017, o Banco implementou ações visando o cumprimento dos princípios de boa governança, de controle e de riscos, assegurando a conformidade dos processos de negócios, tais como a revisão do Estatuto Social, já aprovado em Assembleia, e a implementação da Política de Sucessão de Administradores.

Foram determinantes para a reforma do Estatuto Social a edição da Lei das Estatais – Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; o Decreto 37.967/2017 que regulamentou, no âmbito do Distrito Federal, a Lei 13.303/2016; a publicação da Resolução CMN Nº 4.557, de 23/02/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, em especial no que se refere às competências dos órgãos de governança e da necessidade da criação de um novo comitê estatutário – Comitê de Riscos; e o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 5ª edição – IBGC 2015.

Dentre as principais alterações propostas no Estatuto Social do BRB, com base na legislação vigente, estão:

- a) Inclusão do novo Capítulo V – Função Social: inclusão de novo capítulo, que trata da função social do BRB, de acordo com a Lei Nº 13.303/2016, artigo 27.
- b) Inclusão dos requisitos legais e das vedações para indicação de administradores, em atendimento ao disposto na Lei Nº 13.303/2016, artigo 17.
- c) Alteração do tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, de 3 para 2 anos, e inclusão do limite de 3 reconduções consecutivas, conforme disposto na Lei Nº 13.303/2016, artigo 13, VI.
- d) Ajuste do percentual mínimo de conselheiros independentes, que passa a ser de 25%, de acordo com a Lei das Estatais, artigo 22, *caput*.
- e) Inclusão de competências adicionais para o Conselho de Administração como o processo de avaliação de desempenho dos administradores e dos membros dos comitês vinculados ao Consad, de forma individual e coletiva, e a fixação dos níveis de apetite por riscos do BRB, de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em atendimento à Resolução CMN Nº 4.557/2017.
- f) Criação do Comitê de Elegibilidade, com atribuições relativas ao processo de elegibilidade e sucessão, em conformidade com o previsto na Lei Nº 13.303/2016.
- g) Inclusão do Novo Capítulo XXIII – Fiscalização pelo Estado e pela Sociedade e Transparência: inclusão para atendimento ao disposto na Lei Nº 13.303/2016, artigo 85, que trata das regras de transparência, acesso a documentos e informações do BRB pelos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, divulgação de informações, entre outros.
- h) Inclusão do Novo Capítulo XXV – Gestão de Riscos e Controle: previsão estatutária da existência de área responsável pela integridade e gestão de riscos (Lei Nº13.303/2016, artigo 9º, II). Inclusão da possibilidade da área de Compliance e se reportar diretamente ao Conselho de Administração do BRB nas situações em que houver suspeita do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação à situação a ele relatada (Lei Nº 13.303/2016, artigo 9º, parágrafo 4º), entre outros.
- i) Novo artigo 104: inclusão de limites para despesas com publicidade e patrocínio do BRB, em atendimento à Lei Nº 13.303/2016, artigo 93, parágrafos 1º e 2º.

A elaboração da Política de Sucessão ocorreu em razão da Resolução CMN nº 4.538/2016, que estabelece que instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter política de sucessão de administradores, aplicável aos cargos da alta administração da instituição. No caso do BRB, a política foi destinada aos diretores, e entrou em vigor no mês de abril de 2017, respeitando o prazo estabelecido pela Resolução.

Tal política estabelece as diretrizes para os processos de seleção, de promoção, de eleição e de retenção dos diretores do Banco, formalizados com base em regras que disciplinem a identificação, a avaliação, o treinamento e a seleção dos candidatos a esses cargos, visando assegurar que os ocupantes tenham as competências necessárias para o desempenho de suas funções.

## **11. Descrição da composição e da remuneração da administração**

A administração do Banco é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada, cujos membros exercem suas funções de forma colegiada para atingir o objeto da Instituição. Todas as decisões no âmbito do BRB são colegiadas.

O Banco possui comitês de caráter estratégico, operacional e de controle, regulados por Regimento Interno próprio e exercem o poder decisório por meio do fluxo hierárquico estabelecido no Manual de Competências e Alçadas. Todos os Comitês estabelecidos no âmbito da Diretoria Colegiada são coordenados por estatutários, obedecendo os níveis hierárquicos de sua composição.

O montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada do BRB é aprovado anualmente, pela Assembleia Geral, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional.

Caberá ao Conselho de Administração, por proposta do Comitê de Remuneração, aprovar o valor de cada componente da remuneração dos Administradores, observado o valor global aprovado e a referência dos valores pagos ao Presidente do Banco para a remuneração dos membros do Conselho de Administração que serão aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

A remuneração está estruturada sob a forma de Remuneração Fixa e Remuneração Variável. As metas da Diretoria Colegiada são relacionadas, individualmente, nos contratos de gestão e resultados elaborados pelo Comitê de Remuneração. Parte da remuneração paga, através da participação nos lucros, reflete a evolução dos indicadores de desempenho, variando conforme os resultados do Banco ao longo dos três exercícios subsequentes. A definição das metas de desempenho dos executivos para estruturação do pagamento de participação nos lucros e resultados deriva do Planejamento Estratégico e do Orçamento aprovados pelo Conselho de Administração.

Os Administradores do Banco farão jus a uma remuneração fixa mensal estabelecida pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comitê de Remuneração, compatível com a complexidade e responsabilidade de cada cargo, entendido que a sua revisão, através do reajustamento do montante global, ocorrerá anualmente se necessário, por decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.

Mais informações acerca da política de remuneração da administração do Banco de Brasília podem ser consultadas na seção 13 do Formulário de Referência, disponível no site de Relacionamento com Investidores do BRB e também no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
João Antônio Fleury Teixeira

\_\_\_\_\_  
Arthur Pereira de Castilho Neto

\_\_\_\_\_  
Oswaldo Serrano de Oliveira

\_\_\_\_\_  
Romes Gonçalves Ribeiro

\_\_\_\_\_  
Vasco Cunha Gonçalves